

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 333 - Brasília, quinta-feira, 17 de outubro de 1996



Dom Mauro Morelli participa com os senadores da solenidade que comemorou o Dia Mundial da Alimentação

Uma sessão no Senado contra a fome

Ontem foi dia de combater a fome. Além de ato comemorativo ao Dia Mundial da Alimentação, promovido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, a questão mereceu amplo debate em plenário. Propostas e cobranças foram feitas pelos senadores Iris Rezende, Pedro Simon, Osmar Dias, Benedita da Silva e Eduardo Suplicy, que receberam apartes de vários parlamentares.

Páginas 4 e 5

Júlio Campos denuncia tensão na fronteira

Página 7

CCJ limita gastos com campanhas eleitorais

Francelino considera que projeto de Simon e Lobão é indispensável para reduzir a influência do poder econômico

Maiores garantias para quem tem plano de saúde

Em caráter terminativo, a CCJ aprovou ontem projeto do senador Lúcio Alcântara que regula as atividades dos planos de saúde. A proposição torna obrigatória a cobertura de todas as doenças, sem restrições. Também acaba com os prazos de carência e proíbe os reajus-



Lúcio Alcântara

tes das mensalidades antes de um ano de vigência do contrato.

O projeto garante ainda a continuidade do atendimento por seis meses nos casos de inadiplência por desemprego ou de internação prolongada, quando trabalhador autônomo. **Página 2**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem projeto de lei que fixa limites de gastos para as campanhas eleitorais. A proposta estabelece que o custeio das campanhas será feito com dotações orçamentárias à razão de R\$ 8,00 por eleitor e com, no máximo, valor semelhante proveniente de outras fontes. O relator Francelino Pereira considera que a matéria - de autoria de Pedro Simon e de Edison Lobão - representa "instrumento indispensável à lisura dos pleitos e à redução da influência do poder econômico". **Página 3**

Aprovada regulamentação dos planos de saúde

Cobertura plena das doenças classificadas pela OMS e garantia de atendimento pelo prazo de seis meses, em caso de inadimplência, são alguns pontos do projeto aprovado pela CCJ



Subsídios a Itaipu provocaram polêmica na reunião da CCJ

CCJ acata quitação de débito de Itaipu

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto oriundo da Câmara dos Deputados que autoriza o Executivo a contratar com a Itaipu pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, no valor correspondente a até 140 milhões de dólares. Acordo nesse sentido realizado entre a União e a Itaipu tem a intervenção da empresa paraguaia Administração Nacional de Eletricidade (Ande), detentora de metade do capital daquela binacional.

O relator da proposição, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), observou que "tanto a operação financeira

realizada em 1994 quanto a que está em análise constituem, na verdade, subsídios indiretos do governo brasileiro para uma empresa paraguaia". Mas concluiu que a operação pretendida "é absolutamente legal e constitucional desde que autorizada pelo Congresso".

- Se existem dúvidas relativas ao mérito da matéria, elas devem ser dirimidas na Comissão de Assuntos Econômicos, a quem cabe tecer considerações sobre os aspectos econômico e financeiro do pedido.

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, divergiram do parecer,

ressaltando que subsídios da União somente podem favorecer empresas de médio e pequeno portes genuinamente nacionais e com sede no Brasil, conforme a Constituição. Os dois votaram contra a matéria. O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) também se manifestou contra o favorecimento à Ande, suposta beneficiária da operação, sem, no entanto, contestar a constitucionalidade da matéria.

O líder do governo, senador Elcio Alves (PFL-ES), e o senador José Fogaça (PMDB-RS) defenderam uma tramitação rápida para a proposição. Elcio ressaltou a clareza das propostas que o governo Fernando Henrique Cardoso envia ao Congresso e Fogaça, por sua vez, informou que o governo lucra com a contratação, salientando que "há ganho financeiro em vista do deságio dos títulos". Os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disseram que a questão precisa ser melhor avaliada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que agora irá examinar a matéria.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta as atividades dos planos de saúde.

A proposição, relatada pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), torna obrigatória a cobertura, pelos planos de saúde, de todas as doenças, sem restrições, de acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS), incluindo os procedimentos de maior complexidade tecnológica. Por outro lado, acaba com os prazos de carência e proíbe os reajustes das mensalidades antes de um ano de vigência do contrato.

Outra garantia estabelecida pelo projeto de Lúcio Alcântara é a continuidade do atendimento do contratante por seis meses, nos casos de inadimplência decorrente de desemprego ou de internação prolongada, quando trabalhador autônomo. Ocorrendo a morte do contratante, familiares e dependentes cobertos pelo plano de saúde continuarão com direito aos benefícios pelo prazo de seis meses.

Os planos de saúde no Brasil, de acordo com o senador, representam um mercado estimado em 3 bilhões de dólares/ano. Só as empresas de medicina de grupo são responsáveis por 72 milhões de consultas médicas e 1,5 milhão de internações hospitalares por ano. Esse fato, na opinião de Lúcio Alcântara, torna urgente uma legislação que regulamente a atividade.

Com a aprovação terminativa, o projeto será enviado diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para apreciação da matéria pelo plenário do Senado.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos
10h30 - Participa da reunião da Comissão Diretora
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Gastos com campanhas poderão ter limites

Projeto aprovado pela CCJ, de autoria de Lobão e Simon, prevê recursos da União para os partidos bancarem a disputa de seus candidatos aos cargos eletivos, à base de 8 reais por eleitor

Projeto de lei que fixa normas sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais foi aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). De autoria dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon (PMDB-RS), a proposição teve como relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG), que ofereceu duas emendas substitutivas.

Aprovado em caráter terminativo pela comissão, o projeto será enviado diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para a sua apreciação pelo plenário do Senado.

O propósito da medida, segundo Francelino Pereira, é limitar os gastos dos partidos políticos em campanhas eleitorais e "possibilitar sua independência em relação ao poder econômico, subvencionando-os com recursos do Orçamento".



Edison Lobão

- Trata-se de prática corriqueira nos países democráticos, e que agora chega até nós como instrumento indispensável à lisura dos pleitos e à redução da influência do poder econômico no financiamento das campanhas eleitorais - destacou o relator. A matéria determina que o custeio das campanhas com outros recursos financeiros não poderá ultrapassar o valor da dotação orçamentária com essa finalidade.

Os recursos serão calculados à razão de R\$ 8,00 por eleitor inscrito até 31 de dezembro do ano anterior à da proposta orçamentária, em valores de



Francelino Pereira

agosto de 1995. Atualmente, esse cálculo observa o limite mínimo de 35 centavos por eleitor. Prevê ainda o projeto que os recursos partidários serão rateados pelos partidos políticos proporcionalmente ao tamanho da bancada de cada um deles na Câmara dos Deputados.

Durante a discussão, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que é da maior validade para o processo eleitoral a aprovação do projeto. Já o líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), notou que a quantia de R\$ 8,00 só é válida para o ano em que forem realizadas eleições, devendo-se, a



Jefferson Peres

seu ver, estudar um menor valor para os anos não-eleitorais.

VALE DO PARNAÍBA

A Comissão de Justiça aprovou também projeto de iniciativa dos senadores Freitas Neto (PFL-PI), Edison Lobão (PFL-MA), Hugo Napoleão (PFL-PI), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Lucídio Portella (PPB-PI) e Bello Parga (PFL-MA) incluindo na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) o Vale do Parnaíba, que se estende pelos estados do Piauí e do Maranhão. A medida visa criar condições para o desenvolvimento daquela região.

CPI do trabalho infantil fará audiências pelo País

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga as denúncias sobre utilização de mão-de-obra infantil em atividade rural no País deverá realizar audiências públicas nos estados, anunciou ontem a senadora Marluce Pinto (PTB-RR), presidente dessa CPI do Congresso. Segundo a senadora, o cronograma de trabalho será definido na próxima terça-feira, quando a comissão volta a se reunir.

- O trabalho da CPI será muito importante, porque não irá se limitar apenas a receber denúncias. O objetivo é encontrar alternativas que possam solucionar a questão que envolve a participação de crianças em trabalho escravo. Além



Marluce Pinto

disso, a comissão também pretende atacar o problema da exploração sexual de menores comandada por adultos inescrupulosos, que estão adotando a prática do sexo infantil como profissão - disse Marluce Pinto.

Emília Fernandes (PTB-RS) encaminhou à CPI relatório sobre o trabalho infantil em seu estado, o Rio Grande do Sul,



Emília Fernandes

elaborado pela Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Infantil em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT/RS). Segundo a senadora, o levantamento é um completo "raio-x" sobre o emprego de mão-de-obra infanto-juvenil na indústria gaúcha de calçados e em setores como os de cortadores de pedras, carvoarias, cultivo de fumo e ou-

tros segmentos da atividade rural.

Segundo Emília Fernandes, no Rio Grande do Sul os pais alegam que os filhos ajudam a garantir o sustento da família e o trabalho evita que as crianças se percam na marginalidade. Ela elogiou o esforço desenvolvido pelo Centro de Iniciação Profissional de Novo Hamburgo que, conforme disse, "é uma iniciativa que está dando certo".

Benedita da Silva (PT-RJ) sugeriu que, na visita ao estado do Rio de Janeiro, a comissão investigue também o envolvimento de crianças que estariam sendo exploradas nos laranjais e na colheita de cana-de-açúcar.

DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

Iris reclama política agrícola "definitiva" para o Brasil

Sua falta reflete uma "dosagem de irresponsabilidade" dos governos, deduz o senador, que defende a tecnificação do campo



Eduardo Suplicy

Suplicy lamenta que renda mínima não seja adotada

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso ainda não tenha optado pela aplicação do Programa de Renda Mínima no combate à fome e à miséria no País. O senador comentou o pacote de medidas anunciado ontem pelo Presidente, entre elas, linhas de crédito para enfrentar o problema do desemprego, assinalando que "ainda não foi desta vez que foram adotadas medidas eficazes para se erradicar a fome e a miséria".

- Esperava que passados dois anos do governo de Fernando Henrique o Presidente fosse olhar para a forma mais eficaz de se erradicar a fome. No entanto, ainda não foi desta vez que o governo garantiu o Programa de Renda Mínima, embora governos municipais e estaduais estejam, cada vez mais, apoiando essa proposta - afirmou Eduardo Suplicy.

O senador anunciou a realização do Seminário sobre o Projeto de Renda Mínima e a Exclusão Social no País, que será realizado a partir de hoje pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, comemorando os seus 50 anos de existência. Segundo o senador, vários especialistas foram convidados, entre eles, Felipe Vamperes, fundador do projeto de Renda Básica na Europa e que será recebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em audiência, na próxima terça-feira (dia 22).

No estado de Goiás não há famintos por força de um programa emergencial de distribuição de cestas básicas a 147 mil famílias, "mas não me conformo com essa política de simplesmente distribuir alimentos", afirmou ontem o senador Iris Rezende (PMDB-GO). A seu ver, esses programas devem ser implementados com uma perspectiva de curto prazo, pois, assegurou, "a fome só vai ser combatida definitivamente com produção de alimentos".

Para o senador, há uma "dosagem de irresponsabilidade" nos governos brasileiros que não estabelecem uma política agrícola definitiva para o País.



Iris Rezende

Ele disse que nem sempre foi assim, observando que num determinado momento da história da agricultura nacional o governo incentivou a pesquisa agropecuária e foram criadas a Embrapa e outras empresas estaduais.

Segundo Iris Rezende, a produção de alimentos deve ser

estratégica, a exemplo do que ocorre no Japão. Sem áreas agricultáveis, os japoneses tiveram de estabelecer uma política de importações, mas não abrem mão de subsidiar a autonomia do país na produção do arroz, observou, sustentando que, no caso do Brasil, é possível ser auto-suficiente e gerar divisas com exportação.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PR) salientou que Iris Rezende, quando ministro da Agricultura, foi um incentivador da tecnificação agrícola. Apoiaram ainda o pronunciamento de Iris Rezende os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Levy Dias (PPB-MS).

Fome mata 15 crianças brasileiras a cada meia hora, alerta Benedita

A passagem do Dia Mundial da Alimentação foi lembrada ontem, em plenário, pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que lamentou o fato de 15 crianças brasileiras morrerem a cada 30 minutos tendo como causa básica, ou associada, a desnutrição. A senadora defendeu a adoção de políticas e estratégias eficazes para atacar as causas da fome no País.

- Dramaticamente, no Brasil, a desnutrição e a fome se apresentam como uma epidemia. Estudos do Unicef revelam que aproximadamente 340 mil crianças morrem por ano em nosso País, vítimas da desnutrição - acrescentou Benedita da Silva, convicta de que a solução definitiva para o problema "só virá com o fim



Benedita da Silva

das desigualdades sociais e regionais, com a reforma agrária, a redistribuição da renda e com a construção de uma sociedade mais justa".

Conforme a senadora, em São Paulo, pesquisas do governo estadual na rede básica de saúde indicam que 40% das crianças até dois anos de idade são anêmicas. "Imagine-mos, então, a vida daqueles seres humanos que habitam a caatinga, a Amazônia, os fundos do Brasil!", observou

a senadora, salientando que o desnutrido pode até resistir à morte, mas terá, inevitavelmente, as capacidades físicas e mentais comprometidas.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que, mesmo com uma grande produção, o Brasil não é capaz de alimentar toda a sua população, e lamentou o desperdício de gêneros alimentícios no País. "Há que se fazer uma revisão no problema da nutrição, que permanece como um desafio para nós", assinalou.

Os senadores Osmar Dias (PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também concordaram com a senadora e defenderam a reforma agrária como meio de se combater a desnutrição no País.

DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

Congresso é omissivo e indolente quanto à miséria, provoca Simon

Senador defende que a Casa convide dona Ruth Cardoso para debater o que pode ser feito no sentido de reverter o quadro

Ao comentar a passagem do Dia Internacional da Alimentação, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que o Congresso está completamente omissivo em relação à questão da fome no País, não tendo adotado nenhuma atitude para reverter a situação de miséria em que se encontra um grande número de famílias brasileiras. Ele afirmou concordar com o presidente Fernando Henrique Cardoso quando este diz que o Brasil não sabe atender à pobreza:

- Realmente, o formato do Estado brasileiro não foi feito para atender aos pobres. Nós não estamos sabendo fazer isso, nem o governo dele, nem o Congresso Nacional - disse o senador.

Simon lastimou a indolência do Legislativo quanto ao pro-

blema e disse que os senadores já deveriam ter chamado a esposa do presidente da República, dona Ruth Cardoso, responsável pelo programa Comunidade Solidária, para saber dela qual a melhor forma de o Senado ajudar a reduzir os índices de miséria no País.

Conforme Simon, o Brasil está no sexagésimo terceiro lugar no ranking mundial de igualdade social. Ele lastimou que simultaneamente o País seja a nona economia do mundo, e admitiu que as classes desfavorecidas dificilmente têm acesso aos gabinetes do Legislativo, da Esplanada dos Ministérios e dos governadores para levar suas reivindicações. Então perguntou: "e af,



Pedro Simon

quem sobra para defender os 41 milhões que estão à margem do consumo?".

VERGONHA

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que o Brasil ainda precisa de três ou quatro governos para tirá-lo de indicadores sociais tão vergonhosos. Marina Silva (PT-AC) ressaltou que "as elites brasileiras são perversas e não se contentam em ter, mas em ver que ao seu lado alguém não tem. Precisam ter um contraponto no extremo da opulência". Osmar Dias (PR) criticou o fato de que, enquanto a demanda por alimentos cresce no mundo, o Brasil está incentivando os agricultores a cortarem a produção.

Osmar tem propostas para levar a Roma

O senador Osmar Dias (PR) apresentou ontem algumas propostas que, no seu entender, o governo brasileiro deveria levar à Reunião de Cúpula Alimentar Mundial que acontecerá em Roma, entre os dias



Osmar Dias

13 e 17, para combater a miséria e a fome no mundo. Entre as propostas, o senador sugeriu que o Brasil defenda o fim do protecionismo econômico dos países em desenvolvimento; a criação de linhas de financiamentos a custos baixos para os países emergentes; e a realização de investimentos de infra-estrutura.

Osmar Dias afirmou que a

situação da fome no mundo hoje está mais grave do que há 22 anos, quando foi realizada outra Conferência Mundial de Alimentos, também em Roma.

- Hoje, um bilhão de pessoas estão subnutridas ou desnutridas em todo o mundo, e no Brasil esse drama atinge nove milhões de famílias - disse Osmar. - Setenta milhões de brasileiros não comem o suficiente para alcançar as 2.400 calorias recomendadas pelo Ministério da Saúde e 95% das crianças que ingressam no curso primário não concluem o curso sem a repetência por falta de alimentação adequada.

Estabilidade e crescimento não bastam, diz Beni

A intensidade das desigualdades sociais e regionais mostra que o Brasil continua sendo um "país injusto", afirmou ontem o senador Beni Veras (PSDB-CE), em pronunciamento que marcou a abertura de ato comemorativo ao Dia Mundial da Alimentação, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), promotora do evento, Beni Veras disse que "a abundância dos recursos naturais do País se choca com a massa de excluídos", e que "o contraste entre as riquezas e as carências sinaliza os grandes desafios à nossa criatividade e à nossa capacidade de entendimento e de solidariedade".

- Uma palavra de alerta se impõe: crescimento sustentável e estabilidade econômica não serão suficientes para que sejam alcançados os nossos objetivos e anseios de redução da pobreza e de maior equidade na distribuição interpessoal e inter-regional do desenvolvimento - disse o senador.

Os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Osmar Dias (PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Pedro Simon (PMDB-RS) e a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) participaram do ato pelo Dia Mundial da Alimentação, que contou ainda com a presença de Dom Mauro Morelli, presidente da Ágora (Associação de Projetos de Combate à Fome), Ana Maria Peliano, secretária-executiva do programa Comunidade Solidária, e Jacques Djouf, diretor-geral da FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

Na opinião do senador, é preciso conciliar o desenvolvimento da agricultura com a distribuição desses alimentos por ela produzidos. Osmar Dias considera que a concentração de renda na mão de poucos proprietários e a falta de uma política de apoio aos pequenos agricultores geram o êxodo rural, que tem como consequência a falta de emprego e a fome. A seu ver, é preciso que tudo isso seja considerado para a elaboração de uma política de emprego no País, que deve ser tratada como prioridade pelo governo.

Em apartes, os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Bernardo Cabral (PFL-AM) apoiaram o discurso de Osmar Dias.

Tuma quer discutir a divisão do Amazonas

Convite da Comissão de Relações Exteriores para que o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas venha ao Senado explicar a idéia do governo foi proposto pelo senador

Comissão aprova proibição de MP sobre Orçamento

A proibição do emprego de medida provisória para modificar o Orçamento e a transformação do caráter autorizativo em obrigatório das ações aprovadas na lei orçamentária é o que estabelece anteprojeto de lei complementar aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento. O texto foi elaborado por subcomissão que teve como relator o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

As ações do plano plurianual que estejam contempladas na lei orçamentária anual deverão ser obrigatoriamente executadas, sob pena de crime de responsabilidade, conforme estabelece a proposição que dispõe sobre orçamento e contabilidade pública.

Se transformada em lei, a proposição significará "um importante passo para a ampliação das prerrogativas do Legislativo", disse o presidente da comissão, deputado José Sarney Filho (PFL-MA).

Constituído por 185 artigos, o anteprojeto, segundo Waldeck Ornelas, está voltado para a criação de uma nova sistemática no tratamento da elaboração e fiscalização do Orçamento, com destaque para a sua transparência. A proposta prevê a realização de audiências públicas em torno dos projetos de lei de plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e de orçamento anual.

Marluce Pinto (PTB-RR) afirmou que já estava ficando "desestimulante" participar da elaboração do Orçamento. Antes, disse ela, os senadores e deputados ficavam até altas horas procurando encontrar a melhor maneira de obter os recursos para suas regiões através de emendas e o Executivo as cortava. No entanto, com as mudanças que a proposta poderá trazer, a senadora considera que essas distorções serão superadas.

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) informou ontem ter proposto ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que convide o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas para vir ao Senado explicar a idéia do governo de dividir o Amazonas, com a criação de dois territórios federais.

CALHA NORTE

Tuma disse que essa divisão estaria sendo examinada com o propósito de fortalecer o projeto Calha Norte, de proteção e defesa da região.



Romeu Tuma

- Em reunião recentemente realizada com a cúpula dos Exércitos do continente americano foi discutida uma série de providências em matéria de defesa, envolvendo tráfico de drogas. O Brasil rejeitou a proposta americana de envolvimento do Exército na luta contra o narcotráfico. E esta Casa tem a obrigação de discutir esses temas, assim como a divisão do Amazonas - disse ele.

FISCALIZAÇÃO

Romeu Tuma também fez um relato da reunião realizada ontem no gabinete do ministro da Fazenda, Pedro Ma-

lan, quando foi apresentado o projeto de lei que altera as regras do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para 1997. Elaborado pela Receita Federal, o projeto, conforme o senador, prevê um regime especial de fiscalização para permitir um exame mais rigoroso das contas das empresas que tenham antecedentes de sonegação e de envio ilegal de dinheiro para o exterior.

- A exposição de motivos contém 58 itens explicando os 81 artigos do projeto, que consiste num importante trabalho da Receita Federal. É importante a definição do que é paraíso fiscal, o local que aplica alíquota menor que 20% sobre o lucro das empresas - observou o senador.



Emília e Alcântara (centro), no lançamento de nova edição da Revista Estudos Avançados

USP lança revista científica no Senado

Em cerimônia na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho do Senado Federal, com a presença do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e da senadora Emília Fernandes (PTB-RS), foi lançado ontem o número 27 da Revista Estudos Avançados, da Universidade de São Paulo (USP). O evento fez parte do décimo aniversário de criação do Instituto de Estudos

Avançados (IEA) da universidade que, durante a solenidade, doou à Biblioteca do Senado uma coleção completa da revista.

O Senado se sente "honrado e orgulhoso" por sediar o lançamento da revista, disse Lúcio Alcântara. Ele destacou que, "com a riqueza do acervo e de seus recursos humanos, a Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho tem contribuído para irra-

diar o Senado Federal como verdadeiro centro de cultura".

Já a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, informou que a publicação da USP está sendo uma das mais consultadas no acervo da instituição. Participaram da solenidade o ex-senador João Calmon e o editor-executivo da revista, Marco Antonio Coelho.

Tensão na fronteira preocupa Campos

Senador pede segurança em mais de 500 quilômetros entre Brasil e Bolívia. Lá, banditismo e narcotráfico dificultam a vida de fazendeiros, que obstruíram, em protesto, a BR-70

O crescendo de tensão na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia culminou no último fim de semana com a obstrução, por fazendeiros, da BR-70, que liga Cáceres à cidade boliviana de San Mathias, informou ontem o senador Júlio Campos (PFL-MT). Ele pediu a intervenção do Itamaraty junto ao governo daquele país e o reforço da segurança nos mais de 500 quilômetros de fronteira.

Júlio Campos ressaltou que Cáceres e San Mathias estão na rota que liga o Brasil ao Pacífico e que, lamentavelmente, o aumento da tensão na fronteira prejudica a buscada integração latino-americana. Ele disse que, fechada a fronteira pelos fazendeiros, do outro lado, a população de San Mathias os acusa



Júlio Campos

de terem provocado a pane que cortou a energia fornecida à cidade pela Centrais Elétricas de Mato Grosso.

Há mais de dois anos, relatou o senador, delinquentes brasileiros a mando de bolivianos da cidade de San Mathias, que é zona de livre comércio, perpetraram cerca de 150 assaltos nas fazen-

das de Cáceres. Ele disse que os mais de 400 tratores e veículos roubados desde então foram revendidos na Bolívia para financiar o narcotráfico. Conforme Júlio Campos, a Guarda Nacional boliviana dá cobertura aos bandidos.

Para manter a fronteira liberada à sua ação, as quadrilhas chegaram, inclusive, a ameaçar explodir o gasoduto Brasil-Bolívia, se ele de fato for construído, assinalou.

GRAVIDADE

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) sugeriu que, dada a gravidade da situação, a denúncia de Júlio Campos deve ser enviada pela Mesa do Senado também à Polícia Federal e ao Ministério do Exército.



Henrique Loyola

"Guerra dos porcos" causa engarrafamento

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) pediu ontem às lideranças partidárias que atuem na intermediação de uma solução para o engarrafamento que está sacrificando os motoristas que transitam na BR-376, na fronteira de Santa Catarina com o Paraná. Ele informou que a fiscalização naquela fronteira foi intensificada por iniciativa do governo do Paraná, a fim de controlar os produtos alimentícios que entram no estado. A situação, segundo o senador, é assustadora.

- Vivenciei cenas típicas do filme *Um Dia de Fúria*, tal o transtorno existente na divisa entre os dois estados - relatou o senador. - O engarrafamento de seis quilômetros dava a entender que havia um acidente rodoviário, mas o desagradável episódio dessa espera se devia à retenção de todas as viaturas, indistintamente, numa ação de fiscalização de animais, sementes e mudas. Era uma ação de represália do governo do Paraná contra Santa Catarina, com a supremacia da irracionalidade.

Dizendo-se preocupado com a hipótese de o controle rígido da fronteira prolongar-se por diversos dias, Henrique Loyola afirmou: "É grave que se retenham inúmeras pessoas numa rodovia, sujeitas ao ato de um governador, com prejuízo para tantos cidadãos que nada têm a ver com essa "guerra dos porcos".

Jucá propõe demarcação alternativa para áreas indígenas em Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) comunicou ontem que ele e três deputados de Roraima enviaram ao ministro da Justiça, Nélson Jobim, proposta alternativa de demarcação para a área indígena Raposa Serra do Sol. Segundo o senador, a demarcação prevista pela Funai abrange uma área contínua de 1 milhão e 678 mil hectares para uma população de 10 mil índios de quatro etnias. Pela proposta enviada ontem, baseada em estudos técnicos do professor Gursen de Miranda, a demarcação deve ser descontínua, com áreas específicas



Romero Jucá

para cada etnia.

- Esperamos que o ministro tenha consciência de que não é possível, palatável nem prudente a demarcação integral da área indígena Raposa Serra do Sol - disse.

Romero Jucá ponderou que, pelo projeto da Funai, um território do tamanho

do estado do Sergipe incrustado no norte de Roraima representa "jogar índios e não-índios na vala do conflito e da violência".

Com a demarcação descontínua, os parlamentares pretendem garantir a preservação de dois municípios de Roraima, os de Normandia e Uirimutã, informou Romero Jucá. Além disso, sugerem ao ministro um levantamento da necessidade efetiva de remoção de fazendas e ocupação de não-índios. Caso necessário, frisou o senador, ela deve ser acompanhada de justa indenização pelas benfeitorias feitas.

Pacote atropelou Senado, diz Suassuna

O conjunto de medidas encaminhado ao Legislativo para reformar o serviço público representa "duro golpe" do Executivo contra o Congresso, segundo o senador

Freitas: Servidor ficou como vilão do déficit público

"Não se conseguirá justiça quando se coloca sobre alguns poucos segmentos da sociedade todo o ônus decorrente do combate à inflação", afirmou ontem o senador Freitas Neto (PFL-PI), ao sustentar que o servidor público virou o "grande vilão do déficit público", quando, a seu ver, os juros cobrados no Brasil têm peso bem mais expressivo na debilidade das contas públicas. Ele se referia ao pacote de medidas lançado pelo governo para enxugar o serviço público.



Freitas Neto

O senador disse que, contando com ampla maioria no Congresso, o presidente Fernando Henrique Cardoso poderia ter encaminhado essas providências que atingem o funcionalismo sob a forma de projeto de lei. Em sua opinião, haveria para isso o argumento adicional de já tramitar na Câmara dos Deputados a proposta de reforma administrativa.

Freitas Neto disse esperar que, no início do ano, o governo faça justiça a seus servidores, concedendo-lhes o reajuste que há mais de um ano não recebem.

Presidente agiu como monarca, reage Odacir

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que a opção preferencial do governo por decretos e medidas provisórias e "o uso abusivo desses mecanismos, tal como vem acontecendo", agridem o espírito democrático e conferem "prerrogativas de monarca absolutista" ao presidente da República.

Odacir Soares referiu-se, em especial, ao anúncio do último pacote de medidas do governo "em hora quase crepuscular de uma sexta-feira". Segundo disse, tanto esse como os outros pacotes destinados ao funcionalismo público contêm aspectos "polêmicos, inócuos, falaciosos e até infúcos".

Para o senador, o momento escolhido para o anúncio das medidas privou o Congresso e as lideranças classistas da análise prévia do seu conteúdo e mostrou que os "donos do poder consideram dispensável e irrelevante a opinião desses segmentos sociais". A seu ver, o governo está reincidindo, "de forma odiosa, no trato discriminatório, grosseiro e desmoralizante da figura do



Odacir Soares

servidor público".

Odacir Soares disse ser absurda a idéia do governo de "criar castas" no funcionalismo, dividindo-o em funcionários do Estado - diplomatas, fiscais, auditores, policiais federais, militares, aos quais se concederia estabilidade - e os envolvidos nas demais atividades.

"FALÁCIA"

Por outro lado, considera uma "falácia" a tentativa do governo de induzir a opinião pública a ver nos gastos com a folha dos servidores a causa maior do déficit público. A seu ver, todos sabem, "mas alguns tentam ocultar, que 52% do Orçamento de 1994 foram utilizados para o pagamento dos juros e encargos de amortização das dívidas interna e externa, enquanto os benefícios da Previdência somam 12% e Pessoal e Encargos Sociais somente 12%".

Segundo Odacir Soares, é reprovável "que se converta o servidor público em bode expiatório dos fracassos da gestão financeira acumulados em sucessivos governos".

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) definiu ontem como "duro golpe desfechado pelo Executivo contra o Congresso" o pacote de medidas que o governo encaminhou ao Legislativo para reformar o serviço público. Ele se disse preocupado com a invasão, pelo Executivo, de competências típicas do Legislativo e explicou que, no caso do pacote do funcionalismo, isso se torna mais grave porque as iniciativas do governo se sobrepõem a normas da proposta de reforma da Previdência, já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado.



Suassuna

- O golpe atingiu principalmente o Senado, pois atropelou o processo legislativo iniciado com a recepção do texto aprovado na Câmara, desqualificando inclusive o longo trabalho realizado por aquela Casa e frustrando qualquer possibilidade de um tratamento mais sério dos pontos já aprovados e em análise no Senado, agora objeto dessas medidas provisórias - frisou. Para Suassuna, o governo desrespeitou até o trabalho dos líderes partidários, que vinham realizando acordos para aprovar as reformas desejadas pelo governo no Congresso.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, LEVY DIAS, NEY SUASSUNA E ROMEU TUMA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho
 2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
 2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
 4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
 ■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
 ■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adílio Nascimento ■ Revisor: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.
 Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal